

# Ciep, a veia aberta do sistema educacional (II)

Fátima Cunha  
Ferreira Pinto \*

**P**ara a eficácia da retórica acerca dos Ciep, nada mais acertado do que lançar mão de um logotipo internacionalmente conhecido pelas suas artes engenhosas e suas bandeiras de esquerda, insuspeito quanto à veracidade contida nos altos propósitos educacionais que resgatariam o país da injustiça social, a todos igualando pelo teto mais alto. É bonito, comove o coração! Junte-se a isto o beneficiário direto do projeto — a criança — e veremos que o bode expiatório foi bem engendrado e caracterizado para efeito de convencimento junto à sociedade carioca: quanto maior a incapacidade da vítima — a criança — tanto maior a monstruosidade do algoz, e tanto maior ainda a dimensão do herói salvador quanto mais incomensurável a crise que, diga-se de passagem, é real.

Arquitetado bem o discurso, que correu paralelo ao início da construção dos Ciep, a propaganda bem articulada incumbiu-se de sedimentar a crença num futuro justo para a sociedade, cujos adeptos quebravam bandeiras ideológicas de

todas as direções. Se o projeto ideal, independente da sua transformação em discurso, era bom, seu gerenciamento, entretanto, deu mostras de fraquezas que não podem ser redimidas assim tão facilmente. E aqui entra Hayek a nos ensinar que o idealismo centrado num personalismo é de berço autoritário e, tendo a mesma duração da sombra, está fadado a sucumbir ante o clamor geral e a inexorabilidade temporal. O assentamento do projeto, em regime de mutirão e de natureza imediatista, deveria, até mesmo para resguardo da seriedade de intenção, levar em conta outros fatores, além dos já mencionados acima.

O mais importante relaciona-se, sem dúvida, ao turno único que, em países onde a experiência já pôde ser testada, não evidencia cabalmente a ausência de evasão e repetência, uma das molas-mestras dos Ciep. Ademais, a colaboração de psicólogos neste âmbito específico deveria ter sido de ajuda, principalmente quando se analisam os fatores sociais e as condições culturais do nosso Estado. Se levarmos em consideração a estrutura familiar, que ainda representa uma instituição indefensável de nossa sociedade, a justificativa apresentada pelos ideólogos dos Ciep (tranquilidade no trabalho dos pais que

teriam seus filhos bem tratados, limpos e educados “em tempo integral”) cai por terra diante da exigüidade de tempo à consolidação dos laços familiares. Mais: a segregação das crianças num mundo diferenciado poderia levar a criança à distorção da realidade que estaria fora dos portões ou limites do Ciep, disto resultando obviamente o conflito entre a idealidade plausível e o imponderável. A segregação pelo bem não pode ser compreendida como o antídoto do mal. Administrar esta segregação — que acaba sendo parte da estrutura de qualquer regime escolar — é o que seria ideal. Porém imaginar que a escola possa substituir em termos ideais as benesses familiares e prevenir contra o mal é, no mínimo, ingênuo e de caráter protecionista. Proteger, no atual contexto sócio-histórico, é deseducar ou intimidar. O excesso de paternalismo é nocivo à independência, à capacidade de julgamento e aos puros mecanismos de defesa.

Ainda quanto ao tempo integral, fica a dever o projeto a adaptação das necessidades sócio-econômicas dos alunos ao regime escolar, pois um grande número deles já contribui significativamente na economia familiar, o que inviabiliza o seu processo de escolarização. Além do mais,

a alfabetização rasa deste tipo de aluno não lhe será de qualquer valia frente ao acirrado mercado de trabalho competitivo e especializado. Inadaptação ainda relacionada ao quadro de professores que teriam de passar por um treinamento especializadíssimo, antes de assimilarem uma metodologia nova, novos objetivos, novas técnicas e diferenciado monitoramento do seu tempo frente à nova realidade imposta em tempo relâmpago. Disciplinas inovadoras clamavam por professores especializados de que não dispunha a rede estadual de ensino, sob o risco da qualificação do projeto perder-se em seus próprios caminhos. Não há como formar mentalidades do dia para a noite, como exigia o arrojado projeto dos Ciep. Não sem razão Gramsci (*Os Intelectuais e a Organização da Cultura*) vai mais longe quando diz que “a consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares: o “certo” de uma cultura evoluída torna-se “verdadeiro” nos quadros de uma cultura fossilizada e anacrônica, não existe unidade entre vida e escola e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação”. Somem-se as diferenças em três níveis distintos

(do aluno, do Ciep e do professor) e veremos que o “certo” não terá parâmetro qualquer de referência, fazendo com que a educação se processe através de realidade de proveta.

O turno único requereria, ainda, a construção concomitante de centenas e centenas de escolas para que, democraticamente, todas as crianças fluminenses gozassem dos tais privilégios e bens e não se formassem elites escolares em redutos privilegiados. Junte-se a isto a exigüidade dos recursos financeiros do Estado que, facilmente, chega-se à conclusão de que a megalomania (necessária às vezes ao processo utópico sadio), quanto ao sucesso do sistema educacional propagado, foi engendrada mais como retórica do que como projeto. Previa-se, sim, o elefante branco político a ser deixado para o novo governo que em breve se instalaria e que, certamente, não teria nem como alimentá-lo ou eliminá-lo, ou devolvê-lo ao suposto dono. A criação do impasse foi estratégia antes política do que honesta de intenção.

O que não pensou o antigo governo é que o elefante era branco demais, grande demais para que não se desconfiasse das intenções do doador. Esmola quando é

muita o santo desconfia. Desconfiamos todos e passamos a gerenciar o impasse, tentando alocar o maior número de crianças dentro das salas convencionais de aula, contratando mais professores, melhorando bibliotecas, unificando a qualidade e a quantidade da merenda escolar, a fim de que o privilégio de algumas escolas não discriminasse os alunos de outras, promovendo o treinamento de professores, etc. na tentativa de pavimentar novamente os caminhos destruídos pelas patas do elefante branco. A isto chamamos ideal por uma justiça social, pela defesa dos direitos de todos indistintamente no setor restrito do sistema de educação.

Não há ideal que resista à pobreza impiedosa e injusta. Lutamos, sim, para que os recursos destinados à Educação sejam multiplicados, para que a Educação seja prioritária no escalonamento dos recursos federais, para que a mentalidade política dos governantes deste País seja forjada pela necessidade da educação como meio e garantia à justiça social.

\* Doutora em Filosofia, secretária estadual de Educação do Rio de Janeiro. Último de dois artigos. O primeiro foi publicado na edição de ontem.